

# Os Partidos Políticos e a legitimação do processo político brasileiro

Prof. ORLANDO CARVALHO

Fico realmente muito comovido de ouvir tantas referências a coisas passadas, mas desejo considerá-las como o resultado de uma longa vida. Não é que eu tenha trabalhado excepcionalmente; é que estou ficando velho e é razoável que tenha uma lista de trabalhos realizados.

Quando estava lecionando nos Estados Unidos, ensinaram-me uma técnica de iniciar qualquer palestra contando uma historieta, que se relacionasse de qualquer modo com o ambiente e o assunto. E como hoje o tema proposto pela organização do Seminário é "Os Partidos Políticos e a legitimação do processo político brasileiro", tema que está causando desorientação generalizada, lembraria uma historieta que se passou com um estudante brasileiro em Paris. Ele estava com colegas numa esquina qualquer, quando chegou um português e falou, em português: "Onde fica a rua tal?" Estranharam que o indivíduo se dirigisse em português, sem que ouvisse a língua que o grupo falava. Então, um dos rapazes disse: "A rua que o senhor procura está a dois quarteirões. Vire à esquerda que chega lá". Aí o português olhou para ele e comentou: "Mas que língua é essa, que eu entendo e não sei qual é?" Não é anedota de português, é fato.

Na verdade, se os senhores lerem no noticiário que está circulando nos jornais, as declarações dos líderes e os comentários gerais poderão perguntar como o português: "Que língua é essa que a gente entende e não sabe qual é?"

Gostaria de tentar esquematizar esta posição de transformação política brasileira, relacionando-a com os institutos do Direito Constitucional vigente que podem estar ligados a estes elementos, para tentar entender a língua que estes estão falando. Talvez devamos lembrar a palavra sábia do Senador Magalhães Pinto, quando diz que política é como a nuvem, cada vez que a gente olha tem um formato. Realmente, nestas últimas semanas, o formato da política brasileira tem mudado consideravelmente. Mas por quê? É uma das características da sociedade moderna, na opinião de um especialista americano, que existe um poder econômico difuso, e isto aparece, por exemplo, na luta das multinacionais em torno da influência política no mundo e o Brasil faz parte desta atividade das multinacionais. Quando a multinacional é brasileira, é boa, sobretudo na palavra dos estudantes. Agora, quando a multinacional é de origem estrangeira, é ruim. É problema de enfoque. Outra característica é a disseminação do arsenal nuclear — e nós estamos envolvidos também nesta fase da vida moderna. A última é que nos interessa mais de perto: a existência de ideologias e focos de iniciativa múltiplos.

O mundo já não é mais dirigido por uma filosofia política liberal centralizada, como se exemplificou na Inglaterra e na França. Há multipolaridade de influências que se chocam, que se conflitam e que criam este ambiente de insatisfação, sobretudo de inquietação, de que a sociedade brasileira é um reflexo. Talvez não tanto quanto a África, que é o terreno predileto do combate das várias correntes de pensamento político, mas refletimos a variedade de opiniões que se disseminam na sociedade brasileira e que nos desorganizam e desorientam. O que se pode fazer para entender tal ambiente? Do ponto de vista que nos interessa, a primeira coisa que gostaria de fixar é: Qual é o objetivo do projeto político brasileiro? A mim me parece que é estabelecer uma democracia de partidos que favoreça a auto-realização dos indivíduos e da justiça na totalidade social. Não é uma declaração socialista. O mundo hoje está mais ou menos impregnado de idéias sociais que, em alguns casos, são chamadas de socialistas. Mas todos pensam, mais ou menos, nos mesmos termos.

Para atingir este objetivo, o ponto de partida é a participação voluntária na política, sem que haja determinações do conjunto da sociedade, sobre qual seja a consciência política correta. Quer dizer, temos que nos libertar das influências de quem queira dizer-nos que a sociedade é que nos impõe tal ou qual direção de pensamento. Nossa profissão de fé é liberal.

Os inspiradores deste projeto político desejam, com tal iniciativa, obter a legitimação do processo político. O que é legitimar o processo político? É justificar a ação política. Esse o grande objetivo em que estão empenhados os que orientam a vida pública no Brasil, quer de um lado, quer de outro. Como justificar a ação política? Essa legitimação é um processo que tem lugar entre a direção política e a base política. Isto envolve diretamente o tema que gostaria de comentar e que é o problema da organização da base política através dos partidos. Essa legitimação pode estar sendo prejudicada por um fato que corresponde a desenvolvimento da sociedade moderna: a chamada sociedade técnica. A sociedade técnica, como resultado do progresso técnico e, mais distantemente, como uma projeção da doutrina de que o enriquecimento material é um indicio de felicidade. O mundo moderno demonstra que não é verdade, porque o povo sueco não é um povo feliz. De maneira que este progresso

técnico pode diminuir a importância da legitimação. Isso aparece no Brasil de hoje. De que maneira? Porque o Estado técnico se justifica pela eficiência e não pela justificação do processo político. É um fato importante a ser fixado como interpretação dos nossos desenvolvimentos dos últimos anos, sem envolver problemas deste ou daquele Governo. É uma posição da nossa sociedade, que se industrializa rapidamente.

Na verdade, essa situação do progresso técnico provoca dificuldades no processo político brasileiro, porque propicia uma defasagem entre a realidade política e a percepção política, por meio dos eleitores. Essa defasagem está gerando a crise dos partidos políticos e esvaziando-os, porque estão sendo substituídos por entidades que não têm a sua finalidade, como mais adiante veremos.

Para o objetivo de justificar a defasagem mencionada, duas causas ocorrem de maneira principal: a primeira é a complexidade crescente da política. Cada vez mais difícil, mais multifacetada, sobretudo em Estados como o Brasil que tem um desenvolvimento desigual. Encontramos Estados do Nordeste em que o "per capita" é inferior a Bangladesh e zonas limitadas, como o Rio de Janeiro e São Paulo, partes da região metropolitana, em que o "per capita" excede a 2.500 dólares. Governar um País com esta diversidade, realmente é uma das mais difíceis tarefas e desafios.

Outra razão é a ocultação dos motivos das decisões. É um fator que está à vista de todos no sistema de governo que adotamos nos últimos anos. Desse fato decorre a alienação das elites em frente às bases, exigindo uma mudança na ação política, na qual estamos. É uma primeira etapa da mudança que vai atingir — e está atingindo, no momento — exatamente os partidos políticos.

Essa desorientação é manifesta na sociedade contemporânea. Uma das razões é a diversidade das teorias políticas no nosso século. Partem de conteúdos teóricos tão heterogêneos que nos legaram os séculos passados. A interpretação dos fatos passa a ter conotações ideológicas tão variadas que geram tensões sociais, fato que não se verifica somente no Brasil.

Na realidade, nos séculos anteriores a sociedade era liberal. A filosofia e a política ocidental tinham base no liberalismo político. E não havia contrastes profundos nas sociedades políticas. Os partidos — se é que poderíamos chamá-los de partidos — que existiam, por exemplo, na Inglaterra, no correr do século XIX, aceitavam certos valores fundamentais da sociedade inglesa, comuns a todas as facções, de modo que havia consenso. Podiam alternar-se no Governo porque tinham base em valores comuns, como ainda hoje a têm, como prova o fato de que o partido comunista pode trabalhar livremente mas não consegue eleger nenhum deputado nas eleições, nos últimos 20 anos. As demais facções e partidos existentes têm a mesma escala de valores fundamentais.

Esta sociedade liberal não se sentiu em condições de adaptar-se aos problemas decorrentes do aparecimento do proletariado industrial, na sociedade industrial moderna. É uma das explicações a insuficiência da teoria liberal clássica para resolver os problemas novos da sociedade, na qual estamos inseridos. Essa filosofia liberal, esse modelo do liberalismo, era incompatível com os partidos, porque é individualista. Cada um atua no pacto social como um átomo independente. A ligação de vários desses indivíduos formando um partido para

atuarem em comum não coincidia com a filosofia liberal. Daí a crise do liberalismo na época contemporânea. E, além do mais, as massas operárias procuraram alterações básicas na estrutura e nas funções desses partidos políticos.

Tal conflito é nítido na evolução dos partidos políticos europeus. No Brasil, nem tanto. E, por isso mesmo, a sociedade liberal do século XIX não atentou para o aparecimento do proletariado. Entretanto, intuiu que precisava aumentar as suas condições de dominação do operariado e o fez através de reformas eleitorais.

Todas as grandes modificações constitucionais do século XIX versam, principalmente, sobre reforma eleitoral. O caso da Inglaterra é típico. A grande reforma de 1832, depois a outra grande reforma de 1867, depois as de 1884, 1911 ou de 1918, quando as mulheres começaram a votar. Mas com aquela típica fórmula inglesa de resolver os assuntos de acordo com o que acham que é a situação inglesa. Até o fim da 1ª Grande Guerra, não havia o voto de mulheres. O Parlamento inglês quis dar-lhes esse direito. Mas verificou que os homens tinham morrido na guerra e as mulheres não, porque a guerra era de trincheiras e era uma guerra masculina. As mulheres passaram a ser maioria na Inglaterra. E o estadista inglês, com aquela noção empírica de como se deve governar, chegou à conclusão de que era oportuno dar o voto às mulheres. Era uma reivindicação aceitável, porém, como não se podia avaliar qual seria o resultado da primeira aplicação deste direito sobre instituições políticas, deliberaram que os homens votariam a partir de 21 anos, as mulheres a partir de 30 anos. Não houve modificações na vida inglesa.

Em 1928, o Governo Socialista concedeu a igualdade de condição. Na reforma eleitoral de 1959, foi baixado o limite de qualificação para 18 anos. Esses fatos da história do constitucionalismo do século XIX são uma demonstração de que o modelo liberal não conseguiu adaptar-se às condições decorrentes do aparecimento do proletariado industrial e as tentativas de adaptação se fizeram através das reformas eleitorais.

Os partidos políticos se desenvolveram no século XIX paralelamente ao sistema parlamentar. Eram facções dentro do Parlamento. Fora do Parlamento, o partido político não existe. É uma entidade privada. Na medida em que os partidos políticos eram paralelos do Parlamento, o fracasso do modelo liberal vai acarretar também não o insucesso mas uma diminuição de influência dos parlamentos que os regimés ditatoriais da Itália e da Alemanha exploraram fazendo a crítica das representações populares.

Na verdade, os partidos políticos só se organizam, no sentido atual do termo, no final do século XIX e no começo do século XX. Quando se fala em partido político e se atribui esse conceito a facções ou grupos do princípio do século XIX, pratica-se um anacronismo, como aquelas pinturas do Palazzo Pitti, de Florença, em que vemos uma colina com Jesus Cristo e os dois ladrões crucificados e, embaixo, Florença. No caso da pintura é evidente, no caso do pensamento político pode haver tergiversação.

O primeiro partido democrático de massas, por exemplo, só aparece, na Alemanha, em 1875. Esse é partido de massa. Com a contribuição de cada associado para a Caixa do partido. Mas são partidos de atividades descontínuas

que não conseguem organizar os seus eleitores. Qual é o partido político dos dois existentes ou dos anteriores que tinham organização sistemática dos seus eleitores? Os partidos políticos, que começaram como organizações privadas e hoje se inseriram na estrutura do Estado, tiveram um começo recente. Todos os partidos são instituições novas na história ocidental. Há autores que citam exageradamente que os primeiros grandes partidos no passado foram a "Parte Guelfa e a Parte Ghibelina".

Os partidos políticos só aparecem nas Constituições no meado do século XX. Na Constituição de Weimar, de 1919, há referências apenas à representação proporcional dos partidos. Na da Itália de 1946, há três artigos sobre os partidos políticos, mas é uma novidade. Estamos diante de coisa nova nas instituições do Estado Moderno. De maneira que os partidos políticos se apresentam hoje como indispensáveis ao Estado democrático moderno e integram a estrutura do poder. Fazem parte do poder. O exercício do poder político depende da estrutura que os partidos possam dar-lhe. Daí a importância da reformulação partidista. De maneira que a configuração da vontade política da sociedade deve fazer-se através do instrumento normal que é o partido político. Mas, pergunto-me e pergunto a vocês: "O partido político é a única maneira de expressão da vontade política? O partido político veio para ficar?" Sou relativista. Nenhuma instituição social durará eternamente, porque, tal como não existia antes, não vai durar eternamente. Temos de ser humildes na apreciação do problema sob o enfoque do tempo e aceitar que o partido poderá ser substituído por outras instituições. O mundo pode ter outras formas de organização. Não chegamos à maior perfeição da organização do mundo. Seria uma demonstração de orgulho e não razão para manifestar.

E o ponto de partida para examinar a posição atual dos partidos políticos no Brasil é o eleitorado, que é o grupo de cidadãos habilitados legalmente a participar da escolha dos dirigentes. O eleitorado nos oferece, numa perspectiva genérica, uma projeção dessas novas condições da sociedade industrial, que promoveu o aparecimento de três grandes grupos de forças novas: 1º, a classe operária. O operariado era força que não aparecia na vida política. Na história política do Brasil encontraremos a burguesia, com o nome de homens bons, na colônia. E há uma série de dados que demonstram que a classe média brasileira tem dirigido o Brasil até a presente data. O operário não teve ainda a sua oportunidade de colaborar na direção dos negócios públicos. A segunda força é a das mulheres. As mulheres estão surgindo no cenário político do meado do século XX em diante, na condição de participantes do eleitorado dos países do mundo moderno. A terceira grande força é a dos adolescentes, que surgiram para o mundo político há poucos anos, depois de 1945. As mulheres tiveram uma libertação anterior, em decorrência da civilização industrial. Primeiro, porque se libertaram das tarefas domésticas, com a mecanização. Também é importante fator a redução das famílias. Mas os jovens só aparecem no cenário a partir de 1945. Na verdade, os jovens estão sendo incompreendidos, sobretudo no Brasil. A classe dirigente brasileira, de 1964 para cá, mais reprime do que capta, embora eles sejam hoje 56% do eleitorado brasileiro.

A sociologia moderna está tentando ver o que se pode fazer para pôr a juventude emparelhada com o desenvolvimento da sociedade técnica. A influência de Marcuse sobre os jovens decorre dessa tentativa. Ele exerceu um fas-

cínio enorme sobre os jovens americanos e daí se estendeu para o mundo, porque verificou que, numa sociedade pós-industrial, essa que virá depois da atual sociedade de consumo que está começando a produzir também os seus malefícios ao lado dos benefícios, os jovens seriam a força destinada a estimular os novos valores. Para eles, os operários já se aburguesaram. Marcuse achava que a possibilidade de uma reversão de expectativas estaria nos jovens e, dentre os jovens, nos "hippies", porque não aceitam os valores da sociedade industrial.

Perguntaria: Que fizeram os dirigentes brasileiros para a captação destas novas forças? Fiz alguma pesquisa no Brasil antes do bipartidismo. E verifiquei que nenhum dos nossos antigos 14 partidos fez coisa de vulto para captar a presença dos jovens, das mulheres e dos operários na formulação de suas decisões.

O eleitorado do Brasil, em 1976, era de 43 milhões de eleitores. A população era de cento e treze milhões. Quer dizer, 37% da população eram eleitores. Antes de as mulheres começarem a votar na Suíça a proporção deles era inferior à do Brasil. Nas regiões metropolitanas, encontrei 46% do eleitorado brasileiro. O eleitorado urbano brasileiro, a esta altura, já deve ser majoritário. A adequação do eleitorado à função democrática se faz então sob a forma do sufrágio universal. A palavra "universal" tem o sentido de abranger tudo; é ecumênico, é católico. Mas, na verdade, essa universalidade é sujeita a limitações. No Brasil, por exemplo, para atingirmos a real universalidade do eleitorado e, portanto, do voto, deveríamos estendê-lo, primeiro, aos analfabetos, que não votam — não vejo razão para não votarem. Os analfabetos votam em numerosos Estados do mundo moderno. Fiscalizei a primeira eleição do Presidente Ballaguer, na República Dominicana. Ali, não há folha de votação. Ninguém assina nada. O adulto apresenta-se ao presidente da mesa, quer votar, tem o título de eleitor, vota. Escolhe na cabine seus candidatos, pega o envelope e o coloca na urna. Quando sai, o presidente pega o dedo indicador do eleitor e o coloca num tinteiro de tinta vermelha, que dura 48 horas. É analfabeto, mas votou, pela cor da cédula. Na Indonésia, votam furando o símbolo do candidato. Dá-se um estilete e cada candidato tem um nome e um símbolo. Então, por que o analfabeto não pode votar? Também os soldados não votam no Brasil, como não votam em alguns Estados modernos. É uma tradição que nos vem do Império. A captação do voto feminino e do voto operário torna-se indispensável para que os partidos do Brasil não sejam partidos de classe.

O partido político para ser uma real expressão da opinião pública tem que ser interclassista. Partido de classe é um partido de reivindicações, de segmentos sociais e não representa a sociedade. Organizado o eleitorado, ele se exprime através de um sistema eleitoral. O sistema eleitoral não é fim em si mesmo. O sistema eleitoral se destina a alcançar a manifestação do eleitorado através de um processo que é resultante das circunstâncias políticas.

No Brasil se discute a adoção do voto distrital. O sistema eleitoral é válido na medida em que é capaz de gerar governos que tenham uma escore majoritária, para que possa ser estável. Senão, seria um governo de acordos, como foram alguns governos anteriores do Brasil. A função do sistema eleitoral é obter um Governo que seja estável, por ser um Governo baseado na maioria

do eleitorado. O sistema eleitoral deve obedecer a este objetivo político. E pode ser um agente de integração política, mas também pode ser de desintegração política.

Na Inglaterra adota-se um tipo de voto distrital. No distrito eleitoral elege-se o que obtém maioria relativa. Mas, estão aparecendo problemas. Primeiro, os grandes partidos ingleses estão perdendo votos, de eleição para eleição. Fizem quase 80% dos votos em 1974 e, agora, já estão fazendo menos de 68%. E os partidos regionais estão cada vez mais fortes, sobretudo o Partido Escocês. Esse partido declara que tem muitos votos, mas não elege porque os partidos políticos de Londres — como eles dizem — têm condições de organização capazes de ultrapassá-los. Mas são, no conjunto, na soma dos votos, o maior partido da Escócia. Por serem grandes minorias, somadas, dão uma grande votação mas poucos deputados.

A polêmica em torno do voto distrital é circunstancial. Como na Inglaterra, espera-se mudar o sistema para a votação proporcional. É projeto político que ainda não teve publicidade, mas está começando a ser analisado na área política.

Quanto aos partidos políticos, encontramos imensa literatura, mas não há, na verdade, nenhuma síntese dos esforços e dos progressos alcançados nesta matéria, nem na literatura, nem nas biografias políticas. O assunto é realmente novo na sistematização científica. Se olharmos os grandes livros sobre partidos políticos, vamos encontrar os seguintes: inicialmente, há a obra de Ostrogorski, de 1902; Duverger é de 1951. Outra grande obra é do Professor Giovanni Sartori. Sartori é italiano, estava dirigindo o Departamento de Ciência Política da Universidade de Florença. É formado em Harvard. E com a aposentadoria do Professor Almond, na Universidade de Stanford, foi convidado para substituí-lo. É obra de 1975. Mencionam-se também as “leis” de Duverger, cujas afirmações estão sendo analisadas pela comunidade científica, que lhe opõe reservas. Das regularidades apuradas, vale a pena, entretanto, enumerar algumas, começando pela de Hatscheck, que verificou que há desgaste do partido político que ocupa o poder por um certo tempo. Outra importante regularidade é que o programa é necessário no início, mas posteriormente pode até desaparecer. Geralmente o partido vai para o Governo e o programa é esquecido. O que vai ocorrer é o estabelecimento do que os partidos chamam de programa de ação. Afirmação que teve grande repercussão é a “lei de bronze das oligarquias”, atribuída a Michels. Dentro dos partidos políticos, forma-se uma oligarquia que tende a dominar o eleitorado. O desdobramento de partidos políticos no Brasil, em vias de executar-se, certamente comprovará a assertiva de Michels.

Perguntaria ainda: Até onde o partido tem o monopólio da função política? Se lerem os discursos da Sr<sup>a</sup> Thatcher verão que ela já propõe como norma de ação do Partido Conservador, em seu programa de Governo, diminuir a força dos sindicatos. Os sindicatos estão ultrapassando até o próprio Parlamento inglês. O Parlamento decide uma coisa, o sindicato obedece, ou não. Para onde se dirigirá essa nova força? O Brasil já assiste ao fato de o TRT decidir uma coisa e os operários em greve obedecerem, ou não. É força que está surgindo e exerce pressão política. Até onde essa função política será monopólio dos partidos?

Vejam agora a viabilidade dos partidos como índice da estabilidade de uma ordem política e social. Com a estabilização de partidos, que se prenuncia, podemos alcançar um instrumento para a estabilidade social e política do Brasil. Esperemos que a sabedoria dos nossos homens públicos consiga atingir esse objetivo. Daí também a necessidade de controlar essa atividade, através de uma organização mais adequada, e o Professor Pablo Lucas Verdu, da Universidade de Madrid, talvez o cientista político mais distinto no momento na Espanha, propõe que se crie um Ministério da Participação Política. É novo enfoque da questão.

Finalmente, vamos ver o que se pode expor sobre os partidos políticos nacionais. Até a criação de dois partidos, em 1965 — MDB e ARENA — eram poucos os partidos. Em levantamento estatístico que fiz verifiquei o seguinte: organizados, com legenda votada, em todo o Brasil, na verdade, eram poucos. O PSD, em 1945, era votado em vinte e uma circunscrições estaduais e, em 1954, continuou com vinte e uma; o PSP, de Ademar de Barros, não existia em 1945, e tinha votos em vinte circunscrições, em 1954; o PTB tinha quatorze. Dez anos depois, tinha dezenove. Era um partido em ascensão. A UDN tinha votos em 21 circunscrições e, por dissensões internas, baixou para dezoito em 1954. Nenhum partido político era realmente nacional. Um partido do Rio Grande, que teve uma grande projeção pelos homens que o propagaram, o PL, em 1945, era votado em quatro Estados e, em 1954, só por sete. Era partido regional como PR e PDC. O PCB era organizado em vinte e um Estados. Quando foi declarado ilegal, perdeu-se a possibilidade de acompanhar a sua atuação. Ele tinha condições de ser partido político nacional. A posição relativa desses partidos é importante para entender os partidos atuais e a diversificação de grupos que parece esboçar-se no Congresso. O PSD, que fez 41% dos votos na primeira eleição, em 1945, já tinha baixado, dez anos depois, para 31%. A UDN baixou de 25% para 20%. E o PTB cresceu de 9% para 19,8%, em 1954. Era partido político com tendências urbanas e em ascensão. Mas, na verdade, 4 ou 5 partidos políticos absorviam o eleitorado brasileiro. O PL, por exemplo, só fez 2,5% do eleitorado. Então, para esse efeito, não conta. PSD, UDN, PTB, PCB e o PR, em 1945, absorveram 88% do eleitorado. Praticamente, o eleitorado brasileiro. Esses mesmos partidos políticos em 1954 — menos o PCB, que já estava na ilegalidade — ainda continuavam com 88%. Então os partidos eram muitos mas a votação se concentrava em poucos.

Quando se fala em criar-se mais de 4 ou 5 partidos, corre-se o risco de criar partidos que não terão votos, se for válida a experiência anterior. Em política, realmente, é um período muito longo. Mas o que notei e que me levou a várias atitudes do ponto de vista científico e de política prática, é que tais partidos de centro: PSD, UDN, PR, estavam declinando rapidamente, de eleição para eleição. Eles passaram de 73%, em 1945, para 58% em 1958. E o PTB, que tinha 10% do eleitorado, passou para 19%. Era partido em ascensão. Este problema me leva a outra verificação. Por que eles estavam caindo e por que o PTB estaria subindo nesse período? Fiz uma série de pesquisas muito difíceis, porque os dados nos Tribunais eleitorais são precários. Nos registros dos diretórios o indivíduo indicava sua atividade econômica principal. Então sabíamos qual a classe dominante na direção dos partidos. Encontrei o seguinte, só para Minas, mas poderia ser generalizado: fazendeiros e criadores de gado — o



PSD, UDN e PR tinham 42% como membros dos seus diretórios. Portanto, eram partidos políticos rurais. O PTB só tinha 5%. O PCB contava apenas com 2,5% de fazendeiros e criadores. Comerciantes e banqueiros, todos eles tinham acima de 25%. A diferença mais típica encontrei na classe de artesãos e pequenos ofícios urbanos. Não achei operários dirigindo o PR em Minas Gerais. O operário servia para votar, não para dirigir. Não sei se no Rio Grande do Sul estará neste pé; provavelmente estará porque o complexo social no Brasil é mais ou menos igual. Neste capítulo dos pequenos ofícios urbanos, quer dizer, alfaiates, enfermeiros etc., ofícios urbanos modestos, mas autônomos, eu encontrei, nos partidos de centro, 5%; no PCB, 59% e no PTB, 32%.

Divisa-se aí a visão de Getúlio Vargas, que percebeu que, se deixasse o PCB sozinho, captaria toda a massa das pequenas profissões urbanas e posteriormente o eleitorado industrial, o operariado.

Fiz neste campo algumas pesquisas lentas e demoradas, mas vou resumir só uma, realizada numa cidade do interior do Oeste de Minas Gerais. Ela é importante por causa dos nomes que forneceram no Império e na República. Em 1880, quando foi criado o município de Dores do Indaiá, tudo era domínio do Barão de Indaiá, que residia em Abaete, mas que era o chefe de Dores do Indaiá. Assim veio de 1880 até 1922. Em 1922, apareceu um padre bem falante e tomou os votos do barão. Quando veio a revolução de 1930, foi nomeado interventor no Município, um elemento da família do barão, indicado por um dos Ministros de Getúlio, o Professor Francisco Campos. Ele era descendente de Martinho Campos, que foi um dos grandes deputados do Império e era elemento do barão, junto a D. Pedro II. Francisco Campos era o líder dos partidários do Barão de Indaiá, junto a Getúlio. Vê-se, por aí, que Getúlio Vargas era, na política urbana, do PTB, e, na política do interior, incentivador da política rural.

Fois bem, o pessoal do barão volta e domina até 1945. Em 1945, vem a dispersão dos partidos políticos. As famílias do barão e de seus amigos tomam todas as legendas. Qualquer legenda que vencesse no município era gente do barão. E veio assim até agora. Em 1979, a família do barão continua a dominar, através do Secretário de Obras, Deputado Federal Carlos Eloi Carvalho Guimarães. Esta é a realidade da sociologia política do interior. E qual é a possibilidade de entrosar a realidade sociológica com a estrutura nacional de partidos?

Para encerrar esta exposição, vejamos o que é o projeto político brasileiro em desdobramento na área federal? Destina-se a atingir a legitimação da ação política. E para atingir a legitimação da ação política, o que visa e a estabilidade do governo. Nisto, os líderes estão sendo muito claros. O Deputado Marchezan, Líder do Governo, diz em entrevista que o cronograma é o seguinte: fim do bipartidismo e nova legislação sobre partidos políticos; restabelecimento das eleições diretas para Governador; reforma da Constituição. Não menciona uma etapa inicial que é a pacificação que se pretende obter, através da anistia. É o primeiro passo. É um projeto político, na medida em que a nova legislação esboça a formação de nova fase. Este dado é confirmado pelos demais líderes. O Senador Jarbas Passarinho, líder da Maioria no Senado, apresentou argumentos complementares para explicá-lo. Disse ele: "O grande ob-

jetivo da reforma partidária é que a revolução admite que um ciclo seu foi consumado e consumido também. Quando o Presidente Castello Branco criou 2 partidos, jamais pensou que um fosse da oposição irreductível ao Governo. Pretendia o rodízio no poder, sem que a revolução fosse atingida. Quer dizer, havia uma filosofia política presidindo esse processo". O Senador José Sarney, que preside a ARENA, ainda deu novos dados numa entrevista ao *Estado de S. Paulo*, no dia 20 do mês de outubro: "A Igreja, sindicatos, federações, associações e outros grupos de pressão tradicionais acabaram ocupando o vazio deixado pelos partidos políticos e essas entidades estavam formulando verdadeiros programas de Governo".

D. Evaristo Arns sugeriu, em entrevista em Paris, um programa de Governo para o Brasil, em nome da CNBB. É exatamente a verificação feita pelo Senador José Sarney: "Nestes últimos anos, os partidos políticos não promoveram integralmente a missão de filtrar aspirações da sociedade e transformá-las em decisões de Governo". O Ministro Petrônio Portella complementou esse dado, mostrando que o esvaziamento dos partidos políticos foi provocado pelas dificuldades que ele encontrou para dialogar com o Presidente do MDB. Ele o procurou e S. Ex<sup>a</sup> disse, depois de 40 minutos, que era melhor ficar como está. Quer dizer, não deu a ele a oportunidade de discutir o problema, em termos nacionais.

Então, qual será o valor deste projeto político no sistema político atual do Brasil? Não se encontra nos autores brasileiros uma análise das forças políticas dirigentes do Brasil. Primeiro, porque o regime era autoritário e dificultava isso. Segundo, porque os professores brasileiros não recebem subsídios adequados das universidades para fazerem pesquisas em ciências humanas.

Um pesquisador americano, em 1976, constatou que os principais grupos que contribuíram para a elite política dirigente do Brasil, a partir de 1964, são: 1<sup>o</sup>) o corpo de oficiais das 3 armas; 2<sup>o</sup>) os tecnocratas civis; 3<sup>o</sup>) os políticos civis.

O sistema de partidos está influenciando mais, provavelmente, na terceira etapa do que nas outras duas. Ele chama a atenção para o fato de que a presença dos tecnocratas no Governo do Brasil constitui novidade na política, talvez até na da América Latina. São, mais ou menos, dois mil e quatrocentos cargos técnicos. Os que os ocupam é que são tecnocratas, quer dizer, querem governar o País, através desses cargos.

De maneira que os políticos civis, na verdade, são os que influem menos nas decisões finais. Então a pergunta é esta: a reformulação que se pleiteia, e que terá outras etapas, reconsiderará esta situação? É um problema político que escapa à minha possibilidade de opinar e não faço futurologia. Não é de meu gosto. A política é como nuvem. Seria este o problema mais importante a enfrentar na América Latina? Acho que não. Neste passo, estaria com o Professor Brewer-Carías, da Venezuela, autor de um livro fascinante há dois anos sobre o "Câmbio Político e Reforma do Estado na Venezuela", quando disse: "Na América Latina a tarefa mais importante é transformar a estrutura social para alcançar a participação real e efetiva do povo na vida social, econômica e política, como protagonista da mudança e do desenvolvimento".